



O CONCEITO DE POPULISMO EM DUSSEL: CRÍTICA TEÓRICA E IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL CONTEMPORÂNEO

JOSÉ LUIZ AMES¹

RESUMO: O artigo analisa criticamente o conceito de “populismo” em Enrique Dussel, evidenciando sua fragilidade teórica e sua função ideológica no debate político contemporâneo. Sustenta que o termo atua mais como instrumento de deslegitimação do que como categoria analítica. A investigação desenvolve-se em três eixos: a crítica conceitual do populismo, a reconstrução das categorias de “povo” e “popular”, e a aplicação desse referencial ao contexto brasileiro contemporâneo. Argumenta-se que o uso indiscriminado do conceito de populismo obscurece processos históricos, enquanto a noção de “povo”, compreendido como bloco dos oprimidos, oferece maior densidade teórica e capacidade explicativa.

PALAVRAS-CHAVE: Populismo; Povo; Enrique Dussel; Filosofia Política; Brasil contemporâneo.

ABSTRACT: The article critically analyzes the concept of “populism” in Enrique Dussel, highlighting its theoretical fragility and ideological function in contemporary political debate. It argues that the term operates more as an instrument of delegitimization than as an analytical category. The study develops along three axes: the conceptual critique of populism, the reconstruction of the categories of “people” and “popular”, and the application of this framework to the contemporary Brazilian context. It contends that the indiscriminate use of the concept obscures historical processes, while the notion of “people,” understood as the social bloc of the oppressed, provides greater theoretical density and explanatory capacity.

KEYWORDS: Populism; People; Enrique Dussel; Political Philosophy; Contemporary Brazil.

O conceito de “populismo” ocupa posição paradoxal no campo da teoria política contemporânea: simultaneamente central e profundamente indeterminado. Sua ampla circulação nos discursos acadêmico, midiático e político contrasta com a ausência de consenso quanto ao seu estatuto conceitual, revelando não apenas uma dificuldade terminológica, mas uma tensão estrutural entre descrição analítica e uso ideológico.

O presente estudo tem como referência textual o trabalho “Cinco tesis sobre el populismo” (DUSSEL 2007). Embora Dussel tenha retomado os argumentos desenvolvidos

¹ Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador bolsista produtividade do CNPq. E-mail: jluizames@gmail.com.

nestas *teses* em várias outras obras das quais nos servimos e que referimos ao final deste artigo, metodologicamente preferimos limitar as citações literais às “Cinco tesis” e utilizar as demais obras referidas sem fazer delas uso literal.

O problema que orienta este estudo consiste em determinar se o conceito de populismo possui validade teórica enquanto categoria explicativa ou se opera predominantemente como instrumento de desqualificação política. A recorrência com que o termo é mobilizado para designar fenômenos heterogêneos e frequentemente contraditórios entre si sugere que sua função ultrapassa o campo analítico, inserindo-se no âmbito das disputas simbólicas.

A hipótese central sustenta que o populismo, em seu uso contemporâneo, carece de consistência epistêmica, funcionando como categoria ideológica. Em contraposição, a categoria de “povo”, tal como elaborada por Enrique Dussel, apresenta maior força explicativa ao ancorar a análise nas relações de dominação, exclusão e emergência de sujeitos coletivos.

Os objetivos do trabalho são: (i) analisar criticamente o conceito de “populismo”; (ii) reconstruir as categorias de “povo” e “popular” na obra de Dussel; e (iii) aplicar esse referencial à análise do contexto brasileiro contemporâneo.

A relevância deste estudo é tripla: teórica, ao propor maior rigor conceitual; política, ao desvelar mecanismos de deslegitimação; e acadêmica, ao valorizar a filosofia política latino-americana.

Populismo como problema conceitual: distinções e crítica ideológica

O ponto de partida para uma análise rigorosa do chamado “populismo” consiste no reconhecimento de sua profunda ambiguidade conceitual. Longe de constituir uma categoria estável e unívoca, o termo é utilizado para designar fenômenos históricos, políticos e discursivos extremamente distintos, o que compromete sua validade analítica. Essa imprecisão não é acidental, mas revela um problema mais profundo: a ausência de uma distinção clara entre as categorias “povo”, “popular” e “populismo”.

Nesse sentido, a contribuição teórica de Enrique Dussel é decisiva ao propor uma diferenciação conceitual rigorosa entre esses termos frequentemente confundidos tanto no discurso político quanto na literatura acadêmica. Dussel adverte explicitamente: “Se trata de no caer en la ‘confusión’ (...) de identificar el contenido de las palabras ‘populista’ con ‘popular’, y lo ‘popular’ con ‘pueblo’” (DUSSEL, 2007, p. 6).

A distinção inicia-se pela categoria fundamental de “povo”. Para Dussel, povo não corresponde à totalidade da população nem à comunidade política em seu conjunto. Trata-se,

antes, de um conceito crítico que designa um sujeito coletivo específico: “El ‘pueblo’ [...] no debe confundirse con la mera ‘comunidad política’ [...] El pueblo es el bloque social de los oprimidos y excluidos” (DUSSEL, 2007, p. 6).

Essa definição implica uma ruptura com concepções tradicionais que identificam povo com a nação ou com o conjunto indiferenciado de cidadãos. O povo, em sentido estrito, emerge precisamente quando a unidade aparente da comunidade política se rompe, isto é, quando se manifesta uma crise de hegemonia. É nesse momento que os setores historicamente oprimidos se constituem como sujeito político consciente. Dussel explicita esse processo ao afirmar: “El concepto de ‘pueblo’ se origina en el momento crítico en el que la comunidad política se escinde” (DUSSEL, 2007, p. 6).

A categoria de “popular”, por sua vez, refere-se às expressões, práticas e demandas que emergem desse sujeito coletivo. O “popular” não é uma categoria ideológica em si, e sim se refere ao modo como o povo se manifesta no campo político e social. Trata-se, portanto, da dimensão *fenomenológica* da presença do povo. Nas palavras de Dussel: “Lo ‘popular’ [...] es el fenómeno o la aparición [...] no distorsionada del pueblo” (DUSSEL, 2007, p. 6).

O “popular” expressa, assim, reivindicações concretas, enraizadas em necessidades materiais e históricas. Ele constitui o campo legítimo da ação política transformadora, sendo inseparável da dinâmica de emergência do povo como ator coletivo.

Já o “populismo”, em contraste, apresenta uma natureza distinta e problemática. Em seu sentido histórico original - especialmente no contexto latino-americano entre as décadas de 1930 e 1950 - o termo possuía uma função descritiva, referindo-se a projetos políticos que buscavam articular diferentes setores sociais sob uma lógica nacional-desenvolvimentista. Contudo, mesmo nesse contexto, Dussel identifica uma ambiguidade fundamental: “El ‘populismo’ [...] es la confusión entre lo propio del ‘pueblo’ [...] con la mera ‘comunidad política’ como un todo” (DUSSEL, 2007, p. 11).

Essa “confusão” consiste em identificar o povo, enquanto bloco dos oprimidos, com a totalidade da nação, incluindo os setores dominantes. Trata-se, portanto, de uma operação ideológica que dilui as contradições sociais e obscurece os conflitos estruturais.

No contexto contemporâneo, essa ambiguidade é radicalizada por meio de um deslocamento semântico que transforma o termo “populismo” em um instrumento de crítica política. Dussel é enfático ao caracterizar esse uso: “Se trata simplemente de un insulto, de un enunciado ideológico encubridor, usado para confundir al oponente sofisticadamente” (DUSSEL, 2007, p. 4).

Essa afirmação revela que o conceito deixou de operar como categoria analítica para se tornar um recurso retórico. Em vez de descrever fenômenos, o termo passa a qualificá-los negativamente, funcionando como mecanismo de deslegitimação.

Esse processo está intimamente ligado à hegemonia do discurso neoliberal, no qual o termo “populismo” é mobilizado para desqualificar políticas que desafiam a lógica de mercado ou priorizam demandas sociais. Nesse sentido, Dussel observa: “Ahora ‘populismo’ significa toda medida o movimiento [...] que se oponga a la tendencia de globalización [...] y que priorice las necesidades de las grandes mayorías” (DUSSEL, 2007, p. 4).

A partir dessa redefinição, o conceito passa a operar como instrumento ideológico de defesa de determinadas orientações políticas e econômicas. Sua função não é explicar, mas normatizar o campo político, estabelecendo fronteiras entre o que é considerado legítimo e ilegítimo.

Dessa forma, a tese de que o “populismo” constitui uma construção ideológica pode ser sustentada a partir de três argumentos principais. Em primeiro lugar, sua imprecisão conceitual impede sua utilização como categoria científica rigorosa. Em segundo lugar, sua redefinição histórica revela um uso estratégico voltado à deslegitimação de determinados atores e projetos políticos. Em terceiro lugar, sua função discursiva contribui para obscurecer as relações de poder e as contradições sociais, substituindo a análise por classificações simplificadoras.

Em síntese, a crítica de Enrique Dussel permite compreender que o problema do populismo não reside apenas na dificuldade de definição, mas na própria natureza do conceito, que opera como instrumento ideológico. A superação desse problema exige, portanto, a adoção de categorias mais precisas, como a de “povo”, capazes de apreender a complexidade dos processos políticos contemporâneos.

O populismo histórico latino-americano: contexto geopolítico e projeto de autonomia

A compreensão adequada do chamado “populismo latino-americano” exige sua inscrição em um quadro histórico mais amplo, marcado pelas profundas transformações geopolíticas decorrentes das guerras mundiais e pela reconfiguração das relações entre centro e periferia no sistema capitalista.

Longe de constituir um fenômeno isolado ou meramente ideológico, o populismo histórico emerge como resposta específica a uma conjuntura internacional que alterou significativamente as condições de inserção da América Latina na economia mundial. Enrique Dussel enfatiza que esse fenômeno não pode ser compreendido fora desse horizonte: “El

llamado ‘populismo latinoamericano’ [...] es el fruto de esta situación geopolítica concreta” (DUSSEL, 2007, p. 1).

Esta “situação geopolítica” refere-se, em primeiro lugar, ao impacto das duas guerras mundiais (1914–1945), que provocaram um deslocamento da hegemonia global do domínio britânico para a consolidação do poder norte-americano. Esse processo implicou uma reconfiguração das relações entre as economias centrais e periféricas. Durante os conflitos mundiais, as potências centrais reduziram sua capacidade de intervenção econômica na periferia, abrindo espaço para processos de industrialização incipiente em países latino-americanos.

Dussel descreve esse movimento ao afirmar que, diante da concentração dos esforços do centro em sua própria disputa hegemônica, houve uma diminuição relativa da exploração sobre a periferia: “La dominación del centro [...] debió disminuir su explotación [...] lo que dio oportunidad al lento y débil origen de una cierta burguesía industrial” (DUSSEL, 2007, p. 1).

Esse cenário permitiu o surgimento de um processo de industrialização dependente, mas significativo, baseado na substituição de importações e na formação de mercados internos. Em cidades como Buenos Aires, São Paulo e Cidade do México, consolidaram-se núcleos industriais que passaram a produzir bens antes importados.

Nesse contexto, o populismo histórico deve ser interpretado como a expressão política de um novo arranjo social, caracterizado pela articulação entre diferentes setores: uma burguesia industrial nascente, uma classe trabalhadora em formação e setores populares organizados. Dussel destaca que esse processo deu origem a uma nova configuração política: “Confederaciones [...] de empresarios, de obreros o campesinos manifestaron la irrupción organizada de una nueva constelación política [...] denominada ‘populismo’” (DUSSEL, 2007, p. 2).

Essa “constelação” não representava uma simples manipulação das massas, como sugerem interpretações reducionistas, mas um projeto político relativamente coerente que buscava articular interesses diversos sob a mediação do Estado. Trata-se do que Dussel denomina “pacto social”, no qual o Estado desempenhava papel central na regulação econômica e na promoção do desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, o populismo histórico pode ser compreendido como uma tentativa de construção de autonomia econômica e política frente à dominação externa. Essa autonomia manifestava-se, sobretudo, na adoção de políticas nacionalistas e na proteção do mercado

interno. Dussel observa: “El Estado [...] protegía [...] el mercado nacional [...] gracias a una relativa autonomía de las clases dominantes” (DUSSEL, 2007, p. 2).

Essa autonomia relativa permitiu a implementação de medidas como a nacionalização de recursos estratégicos, o controle de setores-chave da economia e a promoção da industrialização. Tais políticas buscavam reduzir a dependência em relação ao capital estrangeiro e fortalecer a capacidade produtiva interna.

Além disso, o período populista foi marcado por significativa expansão econômica e por maior participação política das massas. Dussel destaca: “Fue la etapa de mayor crecimiento económico sostenido de América Latina en el siglo XX” (DUSSEL, 2007, p. 2). E acrescenta: “Fue el tiempo de los gobiernos elegidos [...] por la presencia masiva del pueblo en elecciones no fraudulentas” (DUSSEL, 2007, p. 2).

Essas observações indicam que o populismo histórico não pode ser reduzido a uma forma de manipulação política ou irracionalidade coletiva. Ao contrário, tratou-se de um momento de ampliação da participação democrática e de afirmação de projetos nacionais.

Contudo, esse processo encontrou limites estruturais e enfrentou forte oposição externa. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos, inicia-se uma nova fase de intervenção direta nas economias periféricas. Dussel descreve esse movimento como uma ofensiva sistemática contra os projetos nacionais: “Sin ‘compasión’ [...] el Norte despedazó violentamente esas ‘burguesías’ periféricas” (DUSSEL, 2007, p. 2).

Essa ofensiva manifestou-se por meio de golpes de Estado, intervenções militares e reestruturações econômicas que resultaram na destruição dos projetos populistas. A partir de então, instala-se o chamado “desarrollismo” (“desenvolvimentismo” em tradução livre) nas palavras de Dussel, seguido posteriormente pelas ditaduras militares e pela implementação de políticas neoliberais.

Nesse contexto, a crítica ao populismo latino-americano assume um novo significado. O que anteriormente era um fenômeno histórico específico passa a ser reinterpretado de forma negativa como sinônimo de atraso, irracionalidade ou autoritarismo. Essa reinterpretação não é neutra, mas faz parte de um processo ideológico mais amplo.

Dussel observa que essa mudança de sentido está vinculada à necessidade de legitimar a nova ordem econômica: “Se había producido un deslizamiento semántico [...] una redefinición político estratégica del término” (DUSSEL, 2007, p. 4).

Assim, o populismo deixa de ser compreendido como tentativa de autonomia e passa a ser apresentado como obstáculo ao desenvolvimento. Essa inversão semântica contribui para

obscurer o caráter histórico e político dos processos latino-americanos, reduzindo-os a categorias abstratas e descontextualizadas.

Em síntese, a análise do populismo histórico latino-americano revela que se trata de um fenômeno profundamente enraizado nas transformações do sistema capitalista mundial. Sua emergência está diretamente relacionada às condições criadas pelas guerras mundiais e à reconfiguração das relações entre centro e periferia. Ao mesmo tempo, representa uma tentativa, ainda que limitada e contraditória, de construção de autonomia econômica e política.

A crítica posterior ao populismo, por sua vez, não pode ser compreendida sem considerar seu caráter ideológico, vinculado à legitimação de novas formas de dominação. Nesse sentido, a leitura proposta por Enrique Dussel permite resgatar a complexidade histórica do fenômeno e questionar as interpretações simplificadoras que predominam no debate contemporâneo.

A categoria de “povo” como sujeito político: o bloco dos oprimidos

A crítica de Enrique Dussel ao conceito de “populismo” encontra seu fundamento mais profundo na reconstrução da categoria de “povo”. Trata-se de uma operação teórica decisiva, uma vez que grande parte das ambiguidades associadas ao termo “populismo” decorre precisamente da ausência de uma definição rigorosa do que se entende por “povo”.

Contra uma compreensão corrente, que identifica o povo com a totalidade da população ou com o conjunto dos cidadãos de um Estado, Dussel propõe uma distinção conceitual fundamental. “Povo” não é sinônimo de comunidade política indiferenciada, mas um sujeito histórico específico que emerge em contextos de conflito e crise. O autor afirma explicitamente: “El ‘pueblo’ no debe confundirse con la mera ‘comunidad política’, como el todo indiferenciado de la población o de los ciudadanos de un Estado” (DUSSEL, 2007, p. 6).

Essa afirmação rompe com uma tradição teórica que tende a equiparar povo, nação e cidadania, ocultando as desigualdades e antagonismos internos à sociedade. Para Dussel, tal identificação constitui uma operação ideológica que mascara as relações de dominação ao apresentar a sociedade como um todo homogêneo.

Em oposição a essa visão, o autor define o povo em termos críticos: “El ‘pueblo’ [...] es el bloque social de los oprimidos y excluidos” (DUSSEL, 2007, p. 8). Essa definição desloca o eixo da análise política: povo deixa de ser concebido como totalidade e passa a ser entendido como uma parte, precisamente aquela que sofre os efeitos da dominação. Trata-se, portanto, de uma categoria relacional, que só pode ser compreendida em oposição a um outro polo: o “bloco

histórico no poder”, isto é, os setores dominantes que exercem a hegemonia.

A emergência do povo, nesse sentido, não é automática nem permanente. Ela ocorre em condições históricas específicas, particularmente em momentos de crise de legitimidade e de hegemonia. Dussel descreve esse processo nos seguintes termos: “El concepto de ‘pueblo’ se origina en el momento crítico en el que la comunidad política se escinde” (DUSSEL, 2007, p. 6).

Essa “cisão” indica que a unidade aparente da comunidade política é rompida, revelando os conflitos estruturais que a atravessam. Quando os grupos dominantes deixam de representar os interesses da maioria, perdem sua condição de classe dirigente e passam a exercer o poder de forma coercitiva. É nesse contexto que o povo emerge como sujeito político.

Inspirando-se em Antonio Gramsci, Dussel articula essa emergência à noção de “crise de hegemonia”. Quando o consenso se dissolve, abre-se espaço para que os setores oprimidos se reconheçam como tal e passem a atuar coletivamente. Nesse sentido, “povo” não é uma entidade pré-existente, mas uma construção histórica e política. Dussel enfatiza esse caráter processual ao afirmar: “El ‘pueblo’ aparece fenoménicamente [...] en dicha crisis de legitimidad y hegemonía” (DUSSEL, 2007, p. 7).

Essa aparição fenomenológica implica a passagem de uma condição de passividade para uma condição de ação política. O povo, enquanto “bloco social dos oprimidos”, pode permanecer durante longos períodos em estado de dispersão ou submissão. No entanto, em determinadas circunstâncias, adquire consciência de sua situação e se constitui como ator coletivo.

Esse momento é descrito por Dussel como a passagem do “pueblo en-sí” ao “pueblo para-sí”, isto é, da existência objetiva à consciência política: “Cuando el ‘pueblo’ [...] toma ‘conciencia de ser pueblo’, abandona la pasividad [...] y entra en un ‘estado de rebelión’” (DUSSEL, 2007, p. 9).

A categoria “povo”, portanto, não se reduz a uma posição estrutural, mas envolve uma dimensão subjetiva fundamental: a consciência. É essa consciência que permite a articulação das demandas sociais e a construção de projetos políticos transformadores.

Nesse processo, os chamados movimentos sociais desempenham papel decisivo. Eles expressam, no campo político, as necessidades materiais não atendidas e formulam reivindicações que dão visibilidade às contradições sociais. Dussel observa que essas reivindicações não são meramente discursivas, mas têm base concreta: “La reivindicación no es lo mismo que la necesidad; no hay reivindicación sin necesidad” (DUSSEL, 2007, p. 9).

Os movimentos sociais, ao articular essas reivindicações, contribuem para a constituição do povo como sujeito político. No entanto, Dussel ressalta que o povo não se esgota nesses movimentos. Ele é mais amplo, abrangendo o conjunto dos oprimidos, ainda que nem todos estejam organizados ou conscientes.

Essa concepção permite compreender por que “povo” não pode ser identificado com a totalidade da população. A população inclui também os setores dominantes, que fazem parte do “bloco histórico no poder”. O povo, ao contrário, constitui-se precisamente em oposição a esse bloco.

Dussel sintetiza essa distinção ao indicar que o povo se configura como “plebs” em oposição ao “anti-pueblo”, isto é, às elites dominantes: “El ‘pueblo’ [...] se opone al ‘anti-pueblo’, a la minoría que ejerce el poder fetichizado” (DUSSEL, 2007, p. 10). Essa oposição revela o caráter político da categoria: povo não é uma entidade neutra, mas um sujeito que emerge no conflito e na luta por reconhecimento e transformação.

Em síntese, a reconstrução da categoria “povo” realizada por Enrique Dussel permite superar concepções abstratas e ideológicas que o identificam com a totalidade da população. Ao defini-lo como “bloco social dos oprimidos e excluídos”, o autor introduz uma perspectiva crítica que coloca no centro da análise as relações de poder, dominação e resistência.

Essa redefinição não apenas esclarece o significado da categoria, mas também fornece uma base teórica mais sólida para a compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos, evitando as ambiguidades e distorções associadas ao uso indiscriminado do termo “populismo”.

Entre o “popular” e o “populista”: expressão autêntica e distorção ideológica

A distinção entre “popular” e “populista” constitui um dos pontos mais decisivos da reconstrução conceitual proposta por Enrique Dussel. Trata-se de uma diferenciação que, embora frequentemente negligenciada, possui profundas implicações teóricas e políticas, uma vez que permite superar a confusão semântica que sustenta o uso indiscriminado do termo “populismo”. Dussel insiste na necessidade de separar rigorosamente essas categorias: “Se trata de no caer en la ‘confusión’ de identificar ‘populista’ con ‘popular’, y lo ‘popular’ con ‘pueblo’” (DUSSEL, 2007, p. 6).

Essa advertência indica que o uso indistinto desses termos não é apenas um erro conceitual, mas um obstáculo à compreensão da dinâmica política. Para esclarecer essa distinção, é necessário retomar a definição de “povo” como “bloco social dos oprimidos”, a partir da qual se desdobram as categorias de “popular” e “populismo”.

“Popular” refere-se, em primeiro lugar, às manifestações concretas desse sujeito coletivo no campo político e social. Trata-se das práticas, demandas e reivindicações que emergem das condições materiais de existência dos grupos oprimidos. Nesse sentido, “popular” expressa uma dimensão de autenticidade, pois está enraizado em necessidades reais e historicamente determinadas. Dussel caracteriza essa dimensão ao afirmar: “Lo ‘popular’ [...] es el fenómeno o la aparición [...] no distorsionada del pueblo” (DUSSEL, 2007, p. 6).

Essa “aparição não distorcida” indica que o popular corresponde à expressão legítima do povo enquanto sujeito político. Não se trata de uma construção artificial, mas de uma manifestação que emerge da experiência concreta da opressão e da exclusão. O popular, portanto, possui um conteúdo material, vinculado às necessidades sociais, e um conteúdo político, relacionado à sua formulação como reivindicação. Dussel reforça essa relação ao destacar que toda reivindicação popular está ancorada em necessidades efetivas: “La reivindicación no es lo mismo que la necesidad; no hay reivindicación sin necesidad” (DUSSEL, 2007, p. 9).

Essa afirmação é fundamental, pois evidencia que o “popular” não pode ser reduzido a uma construção discursiva desvinculada da realidade material. Ao contrário, ele constitui a tradução política de necessidades sociais concretas que se tornam visíveis por meio da ação coletiva.

Em contraste, “populismo” aparece, na análise de Dussel, como uma forma de *distorção* dessa realidade. No sentido histórico mais específico, o populismo implica uma operação de generalização indevida na qual *povo* é confundido com a totalidade da comunidade política. O autor afirma: “El ‘populismo’ [...] es la confusión entre lo propio del ‘pueblo’ [...] con la mera ‘comunidad política’ como un todo” (DUSSEL, 2007, p. 11).

Essa “confusão” tem consequências profundas, pois dissolve as distinções entre dominadores e dominados, obscurecendo os conflitos estruturais da sociedade. Ao identificar povo com nação como um todo, o populismo impede a percepção das relações de dominação, neutralizando o potencial crítico da categoria de povo.

Além disso, o populismo pode assumir a forma de uma representação fetichizada do povo na qual um líder ou uma estrutura política se apresenta como sua encarnação direta. Nesse caso, o povo deixa de ser um sujeito coletivo autônomo e passa a ser mediado por uma instância que fala em seu nome, frequentemente sem corresponder às suas demandas efetivas.

Dussel, ao tratar do “fetichismo do poder”, sugere que esse processo implica uma inversão fundamental: o poder, que deveria emanar do povo, passa a se autonomizar e a se

impor sobre ele. Embora não utilize exclusivamente o termo “populismo” nesse contexto, sua análise permite compreender como certas formas políticas podem distorcer a relação entre povo e poder.

No plano contemporâneo, essa distorção é agravada pelo uso ideológico do termo “populismo”, que passa a designar qualquer movimento ou política que se reivindique como expressão do povo. Dussel observa: “Ahora ‘populismo’ significa toda medida o movimiento [...] que priorice las necesidades de las grandes mayorías” (DUSSEL, 2007, p. 4).

Essa redefinição implica uma inversão semântica: aquilo que poderia ser considerado “popular”, isto é, a expressão legítima das demandas do povo, é rotulado como “populista” e, portanto, desqualificado. O termo passa a funcionar como instrumento de deslegitimação das lutas sociais, obscurecendo sua base material e seu conteúdo político.

As implicações políticas dessa distinção são profundas. Em primeiro lugar, ela permite recuperar a legitimidade das demandas populares, frequentemente desqualificadas sob o rótulo de populismo. Ao distinguir entre “popular” e “populista”, torna-se possível reconhecer que nem toda mobilização em nome do povo é ideológica ou manipuladora; ao contrário, muitas delas expressam necessidades reais e constituem formas legítimas de ação política.

Em segundo lugar, a distinção permite identificar as formas de distorção e manipulação que podem ocorrer no interior da própria política. O populismo, nesse sentido, não é simplesmente uma categoria descritiva, mas uma crítica a práticas que confundem ou instrumentalizam o povo, seja ao diluir suas demandas na totalidade da nação, seja ao concentrar sua representação em lideranças que se autonomizam.

Em terceiro lugar, essa diferenciação contribui para uma análise mais precisa das disputas políticas contemporâneas. Ao invés de classificar fenômenos como “populistas” de forma genérica, torna-se necessário investigar em que medida eles expressam efetivamente as demandas do povo ou, ao contrário, as distorcem ou instrumentalizam.

Por fim, a distinção proposta por Enrique Dussel aponta para uma redefinição do próprio campo político. Ao deslocar o foco do “populismo” para o “popular”, o autor propõe uma perspectiva centrada na materialidade das demandas sociais e na construção de sujeitos coletivos. Essa perspectiva permite superar tanto a desqualificação ideológica das lutas populares quanto as formas de sua apropriação distorcida.

Em síntese, a oposição entre “popular” e “populista” não é apenas uma questão terminológica, mas uma distinção teórica fundamental que possibilita compreender a política em sua dimensão crítica. Ao reconhecer o “popular” como expressão autêntica do povo e o

“populismo” como sua possível distorção ideológica, abre-se caminho para uma análise mais rigorosa e comprometida com a realidade dos processos sociais.

O populismo no Brasil contemporâneo: uso ideológico, disputas políticas e limites analíticos

A aplicação da categoria de “populismo” ao contexto brasileiro contemporâneo exige uma problematização rigorosa à luz das formulações de Enrique Dussel. Como vimos, em sua análise o autor insiste que o populismo histórico latino-americano corresponde a uma configuração específica, situada entre as décadas de 1930 e 1950, marcada por condições geopolíticas e econômicas particulares. A transposição direta dessa categoria para o presente, sem a devida mediação histórica, implica uma simplificação que compromete a compreensão dos fenômenos atuais.

No caso brasileiro, o termo “populismo” foi amplamente associado ao período varguista, isto é, ao governo de Getúlio Vargas, frequentemente caracterizado como um regime que combinava nacionalismo econômico, mediação estatal dos conflitos sociais e mobilização das massas urbanas emergentes. Essa interpretação, consolidada por certa tradição das ciências sociais brasileiras, passou a utilizar “populismo” como categoria explicativa para descrever a relação entre Estado e sociedade naquele período.

No entanto, à luz das análises de Dussel, tal uso deve ser relativizado, uma vez que o chamado populismo histórico não pode ser reduzido a um estilo de liderança ou a uma estratégia de manipulação política, mas deve ser compreendido como parte de um processo mais amplo de tentativa de construção de autonomia econômica e política na periferia do sistema capitalista. Dussel é explícito ao afirmar que esse fenômeno está profundamente enraizado em uma conjuntura histórica específica: “El llamado ‘populismo latinoamericano’ [...] es el fruto de esta situación geopolítica concreta” (DUSSEL, 2007, p. 1).

Essa afirmação implica que o populismo histórico não constitui uma categoria trans-histórica aplicável indistintamente a diferentes contextos. Ao contrário, sua emergência está vinculada às condições criadas pelas guerras mundiais, à reorganização do sistema capitalista e à possibilidade de desenvolvimento de burguesias nacionais relativamente autônomas. A sociedade brasileira contemporânea, entretanto, encontra-se inserida em um contexto radicalmente distinto, marcado pela globalização financeira, pela predominância do capital transnacional e pela reconfiguração das formas de mediação política.

Nesse sentido, o uso corrente do termo “populismo” no Brasil atual tende a ignorar essas

transformações estruturais, operando uma espécie de anacronismo conceitual. Dussel identifica esse fenômeno como um “deslizamiento semántico”, isto é, uma mudança de significado que atende a interesses políticos específicos: “Se había producido un deslizamiento semántico [...] una redefinición político estratégica del término” (DUSSEL, 2007, p. 4).

No debate contemporâneo brasileiro, esse “deslizamiento semântico” manifesta-se na utilização do termo “populismo” para designar fenômenos políticos bastante distintos entre si, frequentemente classificados como “populismo de direita” e “populismo de esquerda”. Essa classificação, embora aparentemente descritiva, revela-se problemática quando analisada à luz da crítica dusseliana.

O chamado “populismo de direita”, no Brasil, caracteriza-se por um discurso que mobiliza elementos nacionalistas, moralizantes e frequentemente excludentes, articulando-se em torno de lideranças que se apresentam como representantes diretos da vontade popular contra elites políticas e institucionais. Esse tipo de discurso tende a construir uma imagem homogênea do povo, frequentemente definida em termos identitários restritivos, e a identificar inimigos internos responsáveis pela crise social. Nesse processo, a categoria de povo é reduzida a uma parte específica da população, excluindo grupos considerados “outros”.

Já o denominado “populismo de esquerda”, por sua vez, costuma ser associado a projetos políticos que enfatizam a inclusão social, a redistribuição de renda e a ampliação de direitos. Nesse caso, a mobilização do povo está vinculada à defesa de políticas públicas voltadas para as maiorias sociais, especialmente os setores historicamente marginalizados. No entanto, tais projetos também são frequentemente rotulados como “populistas”, sobretudo por seus opositores, o que revela o caráter disputado do termo.

À luz de Dussel, essa dupla classificação deve ser analisada com cautela. Em primeiro lugar, porque ambas as formas compartilham um elemento comum: a referência ao povo como fonte de legitimidade política. Em segundo lugar, porque o uso do termo “populismo” para designá-las tende a obscurecer as diferenças substantivas entre seus projetos. O que aproxima essas duas formas é a centralidade da categoria de “povo” no discurso político; o que as distingue é o modo como essa categoria é construída e mobilizada.

No caso do “populismo de direita”, a construção do povo frequentemente assume um caráter excludente e homogêneo, que pode ser interpretado como uma forma de distorção ideológica da categoria. Ao invés de reconhecer o povo como “bloco social dos oprimidos”, conforme propõe Dussel, essa perspectiva tende a dissolver as diferenças sociais e a legitimar formas de dominação.

Já no caso do “populismo de esquerda”, há maior proximidade com a noção de “popular”, na medida em que suas propostas buscam responder às necessidades concretas das maiorias. No entanto, mesmo nesse caso, o uso do termo “populismo” pode funcionar como instrumento de desqualificação.

Dussel observa que, no contexto contemporâneo, o termo “populismo” é frequentemente utilizado como um rótulo ideológico: “Se trata simplesmente un insulto, de un enunciado ideológico encubridor” (DUSSEL, 2007, p. 4). Essa afirmação é particularmente relevante para o caso brasileiro, onde o termo é amplamente mobilizado no debate público e midiático para deslegitimar determinadas posições políticas. Ao classificar uma política ou um governo como “populista”, evita-se o enfrentamento de seu conteúdo concreto, substituindo a análise por uma etiqueta que carrega conotações negativas.

Dessa forma, o termo “populismo” desempenha, no Brasil contemporâneo, uma função ideológica específica: ele opera como mecanismo de simplificação e desqualificação, contribuindo para a manutenção de determinadas relações de poder. Ao obscurecer as distinções entre o “popular” e o “populista”, impede-se a compreensão das demandas sociais e das formas legítimas de sua expressão política.

A perspectiva de Enrique Dussel oferece, nesse sentido, um caminho para superar essas limitações. Ao redefinir a categoria de povo como “bloco social dos oprimidos” e ao distinguir entre o “popular” e o “populista”, o autor fornece instrumentos teóricos para uma análise mais precisa da realidade política. Essa abordagem permite deslocar o foco do debate, substituindo o uso indiscriminado de rótulos por uma investigação das condições materiais e das práticas concretas que estruturam a ação política.

Assim, ao invés de perguntar se determinado fenômeno é ou não “populista”, torna-se mais relevante indagar em que medida ele expressa efetivamente as demandas do povo ou, ao contrário, as distorce ou instrumentaliza. Esse deslocamento analítico possibilita uma compreensão mais crítica e menos ideologizada da política brasileira contemporânea, contribuindo para a construção de um debate público mais rigoroso e fundamentado.

Em síntese, a análise do populismo no Brasil contemporâneo, à luz de Dussel, revela não apenas os limites do uso corrente dessa categoria, mas também sua função ideológica no interior das disputas políticas. Ao recuperar a centralidade da categoria de povo e ao distinguir suas formas de expressão, torna-se possível superar as simplificações e avançar na compreensão das dinâmicas políticas atuais.

Limites do conceito de populismo e a centralidade da categoria de povo

A análise desenvolvida ao longo do presente estudo permite sustentar que o conceito de “populismo”, tal como amplamente utilizado nas ciências sociais e no debate político contemporâneo, apresenta significativa fragilidade teórica e uma acentuada carga ideológica, fatores que comprometem sua capacidade explicativa. Longe de constituir uma categoria analítica rigorosa, o termo revela-se frequentemente impreciso, ambíguo e funcional a determinadas disputas políticas, o que exige sua problematização crítica.

Na perspectiva de Enrique Dussel, essa fragilidade decorre, em primeiro lugar, da ausência de um conteúdo conceitual estável. O termo “populismo” não possui um significado unívoco, sendo utilizado para designar fenômenos históricos distintos, muitas vezes contraditórios entre si. Essa indeterminação semântica não é meramente acidental, mas resulta de um processo histórico de redefinição estratégica. Como observa Dussel: “Se había producido un deslizamiento semántico [...] una redefinición estratégica del término” (DUSSEL, 2007, p. 4).

Esse “deslizamento semântico” evidencia que o conceito não evoluiu por meio de um refinamento teórico, mas por meio de deslocamentos orientados por interesses políticos. Em consequência, o termo passou a ser aplicado de forma indiscriminada, perdendo precisão analítica e tornando-se incapaz de distinguir adequadamente entre diferentes formas de ação política.

Além disso, Dussel sustenta que o uso contemporâneo de “populismo” está profundamente marcado por sua função ideológica. O termo opera, muitas vezes, como um mecanismo de desqualificação discursiva, utilizado para rotular e deslegitimar movimentos, lideranças ou políticas que desafiam a ordem estabelecida. Nesse sentido, o conceito deixa de ser um instrumento de análise para se tornar um recurso retórico. Nas palavras de Dussel, “Se trata simplemente de un insulto, de un enunciado ideológico encubridor” (DUSSEL, 2007, p. 4).

Essa caracterização é decisiva, pois revela que o problema do populismo não reside apenas em sua imprecisão conceitual, mas também em seu uso estratégico no interior das disputas políticas. Ao rotular determinadas experiências como “populistas”, evita-se o enfrentamento de seu conteúdo material e de suas bases sociais, substituindo a análise por uma categorização simplificadora.

Essa dupla limitação - teórica e ideológica - compromete seriamente a compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos. Ao invés de esclarecer, o conceito tende a obscurecer as

dinâmicas sociais ao nivelar experiências heterogêneas sob uma mesma designação. Movimentos que expressam demandas legítimas das maiorias sociais são frequentemente colocados no mesmo plano que práticas autoritárias ou manipuladoras, o que impede uma análise diferenciada e rigorosa.

É nesse contexto que a proposta teórica de Enrique Dussel adquire relevância. Ao invés de insistir na categoria “populismo”, o autor propõe deslocar o eixo da análise para a categoria “povo”, compreendida como “bloco social dos oprimidos e excluídos”. Esse deslocamento não é apenas terminológico, mas implica uma reconfiguração profunda da abordagem teórica.

Ao centrar a análise na categoria de povo, Dussel permite recuperar a materialidade dos processos políticos, isto é, suas bases sociais e econômicas. O foco deixa de ser a forma discursiva ou o estilo de liderança e passa a ser a relação entre poder, dominação e resistência. Povo, nesse sentido, não é uma abstração, mas um sujeito histórico que emerge em contextos de conflito: “El ‘pueblo’ [...] aparece [...] en la crisis de legitimidad y hegemonía” (DUSSEL, 2007, p. 7).

Essa perspectiva permite compreender a política como um campo de disputa entre diferentes blocos sociais, no qual a questão central é a construção da hegemonia. Inspirado em Antonio Gramsci, Dussel interpreta o povo como o ator coletivo que, ao tomar consciência de sua condição, pode articular um projeto alternativo ao bloco dominante.

Nesse quadro, a análise política deixa de se apoiar em categorias vagas e passa a considerar a dinâmica concreta das relações sociais. A distinção entre o “popular” e o “populista”, por exemplo, torna-se inteligível apenas quando se reconhece o povo como sujeito histórico. “Popular” corresponde à expressão autêntica das demandas desse sujeito, enquanto “populismo” pode representar sua distorção ou sua instrumentalização.

Além disso, a centralidade da categoria de povo permite superar a tendência a homogeneizar a comunidade política. Ao invés de conceber a sociedade como um todo indiferenciado, a abordagem dusseliana evidencia suas divisões internas, destacando a oposição entre o “bloco histórico no poder” e o “bloco dos oprimidos e excluídos”. Essa distinção é fundamental para evitar a confusão, típica do discurso populista, entre povo e nação.

Outro aspecto relevante da proposta de Dussel é sua capacidade de articular diferentes dimensões da análise política. Ao integrar elementos econômicos, sociais e culturais, o autor oferece uma abordagem mais abrangente, capaz de captar a complexidade dos processos históricos. A categoria de povo, nesse sentido, funciona como um ponto de convergência entre essas dimensões, permitindo uma compreensão mais integrada da realidade.

Por fim, a superação das limitações do conceito de populismo implica também uma redefinição do próprio papel da teoria política. Ao invés de reproduzir categorias ideologicamente carregadas, a análise deve buscar instrumentos conceituais que permitam compreender criticamente a realidade. Nesse sentido, a proposta de Enrique Dussel representa uma contribuição significativa ao oferecer uma alternativa teórica fundada na centralidade dos sujeitos sociais e na dinâmica da hegemonia.

Em síntese, a discussão aqui desenvolvida demonstra que o conceito de populismo, tal como utilizado correntemente, é insuficiente para dar conta da complexidade dos fenômenos políticos. Sua fragilidade teórica e sua carga ideológica limitam sua utilidade analítica. Em contrapartida, a abordagem centrada na categoria de povo, proposta por Dussel, oferece um caminho mais consistente ao permitir uma análise crítica das relações de poder e das formas de ação coletiva. Trata-se, portanto, de um deslocamento teórico necessário para o avanço da reflexão política contemporânea.

Considerações conclusivas

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu problematizar criticamente o uso do conceito de “populismo” no pensamento político contemporâneo, especialmente no contexto latino-americano e brasileiro, a partir das contribuições de Enrique Dussel. Ao reconstruir os fundamentos históricos e conceituais dessa categoria, tornou-se possível demonstrar que seu uso corrente apresenta limites significativos, tanto do ponto de vista teórico quanto político.

Em primeiro lugar, evidenciou-se que o chamado “populismo histórico” latino-americano corresponde a uma configuração específica, situada em um contexto geopolítico determinado pelas transformações decorrentes das guerras mundiais e pela reconfiguração das relações entre centro e periferia no sistema capitalista. Nesse cenário, o populismo não pode ser compreendido como mera manipulação das massas, mas como uma tentativa, ainda que contraditória, de construção de autonomia econômica e política por parte de países periféricos. A desconsideração dessas condições históricas tem levado à aplicação anacrônica do conceito em contextos contemporâneos profundamente distintos.

Em segundo lugar, a análise revelou que o termo “populismo” sofreu um deslocamento semântico ao longo do tempo, passando de uma categoria descritiva de processos históricos específicos para um rótulo ideológico utilizado de forma indiscriminada. Como assinala Dussel, trata-se de uma “redefinición político estratégica del término”, frequentemente mobilizada para deslegitimar movimentos e políticas que expressam demandas das maiorias sociais. Tal uso

contribui para obscurecer a compreensão dos fenômenos políticos ao substituir a análise concreta por classificações genéricas e carregadas de valor negativo.

Nesse sentido, a reconstrução da categoria “povo” mostrou-se decisiva para superar essas limitações. Ao definir “povo” como “bloco social dos oprimidos e excluídos”, Dussel rompe com a identificação entre povo e totalidade da população, evidenciando o caráter conflitivo e relacional da política. Povo não é uma entidade abstrata ou homogênea, mas um sujeito histórico que emerge em contextos de crise de legitimidade e hegemonia, quando as estruturas de poder deixam de responder às necessidades das maiorias.

A partir dessa redefinição, tornou-se possível estabelecer uma distinção rigorosa entre “popular” e “populista”. “Popular” refere-se às expressões autênticas das demandas do povo, enraizadas em necessidades materiais concretas e articuladas por meio de práticas sociais e políticas. Já “populismo”, em suas diferentes acepções, pode representar tanto uma confusão conceitual, ao identificar povo com a totalidade da comunidade política, quanto uma distorção ideológica, ao instrumentalizar ou desqualificar essas mesmas demandas.

A análise do caso brasileiro contemporâneo reforçou essa problemática. Verificou-se que o uso do termo “populismo” no Brasil está fortemente associado ao período varguista, sendo posteriormente transposto para o presente sem a devida consideração das transformações estruturais da sociedade. No debate atual, o conceito é aplicado de forma ampla e muitas vezes contraditória, englobando tanto fenômenos classificados como “populismo de direita” quanto de “populismo de esquerda”. Essa generalização tende a obscurecer as diferenças substantivas entre projetos políticos distintos, ao mesmo tempo em que revela a função ideológica do termo como instrumento de desqualificação.

Diante desse quadro, a proposta teórica de Enrique Dussel apresenta-se como uma alternativa consistente. Ao deslocar o foco da análise para a categoria de povo e para a dinâmica da hegemonia, o autor oferece um quadro interpretativo capaz de apreender a complexidade dos processos políticos sem recorrer a categorias ambíguas ou ideologicamente carregadas. Essa abordagem permite compreender a política como um campo de disputas entre blocos sociais, no qual a centralidade reside na articulação das demandas dos oprimidos e na construção de projetos hegemônicos.

Em termos teóricos, isso implica a necessidade de revisão crítica do vocabulário analítico utilizado nas ciências sociais, substituindo conceitos imprecisos por categorias que expressem com maior rigor a realidade histórica. Em termos políticos, implica reconhecer a legitimidade das demandas populares e a importância dos movimentos sociais como expressões

do povo enquanto sujeito coletivo.

Por fim, pode-se afirmar que a superação das limitações do conceito de populismo não significa a negação dos fenômenos que ele pretende descrever, mas a busca por instrumentos teóricos mais adequados à sua compreensão. Nesse sentido, a contribuição de Enrique Dussel não apenas esclarece o debate sobre o populismo, mas também aponta para uma renovação da teoria política, fundada na centralidade dos sujeitos históricos e na crítica das relações de dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUSSEL, Enrique. *Cinco tesis sobre el populismo*. México: UAM-Iztapalapa, 2007.
- DUSSEL, Enrique. *20 tesis de política*. México: Siglo XXI, 2006.
- DUSSEL, Enrique. *Política de la liberación: Historia mundial y crítica*. Madrid: Trotta, 2007.
- DUSSEL, Enrique. *Política de la liberación: Arquitectónica*. Madrid: Trotta, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.